PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. Deley)

Institui Fundo compensatório para pequenos produtores rurais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei visa a instituir Fundo compensatório para produtores rurais cujas unidades de produção tenham sido atingidas por fenômenos climáticos de grande intensidade, como enchentes ou secas.

Art. 2º Fica instituído Fundo compensatório destinado a beneficiar os pequenos produtores rurais, garantindo seu sustento e de suas famílias, nos casos em que suas unidades de produção tenham sido atingidas por desastres naturais provocados por fenômenos climáticos, tornando-as, temporária ou definitivamente, improdutivas.

§ 1º Poderão ser beneficiados com os recursos do Fundo os produtores rurais que, não sendo proprietários de outro imóvel rural ou urbano, retirem seu sustento e de suas famílias exclusivamente da unidade de produção rural atingida, desde que a área total desta seja igual ou inferior a cem hectares.

§ 2º O benefício a ser concedido com recursos do Fundo terá seu valor estipulado em regulamento e será entregue mensalmente pelo período em que perdurarem os efeitos do desastre natural ocorrido sobre a produção agropecuária, limitado a seis meses.

Art. 3º Na dependência da existência de disponibilidades financeiras, poderão ser concedidas indenizações pecuniárias aos pequenos produtores rurais atingidos, a serem exclusivamente destinadas à recuperação de sua capacidade produtiva, mediante a aquisição de equipamentos, semoventes e insumos agrícolas.

Parágrafo único. O montante da indenização a que se refere este artigo, a ser concedida a cada produtor, será estipulado, nos termos de regulamento, em função do dano material sofrido pela unidade de produção rural.

Art. 4º O Fundo contará com as seguintes fontes de recursos:

I - recursos orçamentários da União;

II - produto de operações de crédito internas e externas;

III - transferências intergovernamentais resultantes de convênios firmados com outros Entes da Federação;

IV - doações e legados;

V - outras fontes previstas em lei.

Art. 5º O acompanhamento dos processos de concessão e pagamento das compensações a que se refere esta Lei far-se-á por órgão colegiado, integrado paritariamente por representantes da sociedade civil e do Governo Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no dia primeiro de janeiro do exercício imediatamente subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A precariedade da situação vivida pelos pequenos produtores rurais que, por força de desastres naturais, como secas e enchentes, se veem repentinamente privados de seus meios de produção e perdem, em certas situações, até mesmo suas próprias moradias, torna indispensável a concessão, pelo Poder Público, de algum auxílio, o que faz com que se justifique o presente projeto, que prevê a criação de Fundo destinado a permitir que as pessoas atingidas possam receber temporariamente seu sustento e, havendo possibilidades financeiras de parte do Governo, também uma indenização pelos prejuízos sofridos, para que possam recuperar sua capacidade de produção e dar início a uma nova vida.

Objetivando coibir qualquer abuso na utilização dos recursos do Fundo a ser instituído, propomos não somente a limitação do período de concessão do benefício destinado ao sustento das famílias atingidas, como também do conjunto de possíveis beneficiados, que restringimos àqueles produtores rurais que efetivamente dependem, para seu sustento e de suas

famílias, da produção rural e não possuem outro bem patrimonial, rural ou urbano, de que se possam valer para sua sobrevivência. Além disso, propomos mecanismo de acompanhamento e gestão dos recursos do Fundo, com a participação de representantes da sociedade civil.

Eis as razões que nos levam a contar com o apoio dos ilustres Pares visando à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado Deley